

# RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

Janeiro de 2016

# 1 - RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

## 1.1. Saldos Financeiros

Saldos Segregados por Planos (em R\$ mil)

DATA	PGA				
	CC	DI/RF	IRF-M1	IMA-B5	SUBTOTAL
31/dez/2013	-	26.103,99	-	-	<b>26.103,99</b>
31/dez/2014	-	3.721,69	19.530,97	-	<b>23.252,66</b>
31/dez/2015	-	16.242,07	20,45	2.883,88	<b>19.146,40</b>
31/jan/2016	7,45	16.224,93	20,78	2.968,87	<b>19.222,03</b>

DATA	PB														TOTAL
	CC	DI/RF	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IDKa IPCA 2A	FIA BDR	LTN Out/16	NTN-B Ago/16	NTN-B Mai/17	LF BBDC 16/11/17	LF BBDC 27/04/18	LF BBDC 27/12/18	SUBTOTAL	
31/dez/2013	2,36	21,33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>23,69</b>	<b>26.127,68</b>
31/dez/2014	32,74	11,36	2.947,99	-	2.527,74	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>5.519,83</b>	<b>28.772,48</b>
31/dez/2015	-	13.004,96	2.261,63	21,18	22,31	-	416,44	2.690,01	5.667,81	2.780,29	1.023,76	1.425,79	-	<b>29.314,17</b>	<b>48.460,57</b>
31/jan/2016	-	10.824,94	2.298,36	21,92	22,97	2.198,95	393,29	2.741,43	5.757,91	2.863,66	1.039,43	1.447,33	2.403,69	<b>32.013,87</b>	<b>51.235,90</b>

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

## 1.2. Indicadores

### a) Rentabilidade Nominal

DATA	PB			PGA		
	BRUTA	CUSTO*	LÍQUIDA	BRUTA	CUSTO*	LÍQUIDA
Jan/2016	1,393%	0,012%	<b>1,381%</b>	1,349%	0,019%	<b>1,330%</b>
<b>2016</b>	<b>1,39%</b>	<b>0,01%</b>	<b>1,38%</b>	<b>1,35%</b>	<b>0,02%</b>	<b>1,33%</b>

DATA	PB		PGA	
	% CDI	% Bmk	% CDI	% Bmk
Jan/2016	130,73%	85,75%	125,92%	100,65%
<b>2016</b>	<b>130,73%</b>	<b>85,75%</b>	<b>125,92%</b>	<b>100,65%</b>

DATA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/2016	1,055%	<b>1,613%</b>	<b>1,322%</b>
<b>2016</b>	<b>1,05%</b>	<b>1,61%</b>	<b>1,32%</b>

Obs: *Benchmark* - indicador de desempenho que serve como parâmetro de comparação. No caso da Funpresp-Jud, é a meta de rentabilidade a ser perseguida por cada tipo de Plano (PB ou PGA).

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

\* Custo dos investimentos: se refere às taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas - CETIP e SELIC), às operações com títulos públicos para a Carteira Própria, entre outros.

Fonte: CETIP, Anbima, Banco do Brasil, CAIXA, BM&FBovespa, IBGE

Fonte: CETIP, Anbima, IBGE

Observações:

a) Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios = IPCA + 4,50% ao ano

b) Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Gestão Administrativa = 85% CDI + 15% IMA-B5

c) As rentabilidades dos índices de referência já estão deduzidas dos custos de investimentos

DATA	RENDA FIXA					RENDA VARIÁVEL		EXTERIOR
	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IDKA IPCA 2A	IBrX-50	IDIV	BDRX
Jan/2016	1,644%	3,790%	2,971%	1,207%	3,759%	-6,470%	-9,531%	-5,013%
<b>2016</b>	<b>1,64%</b>	<b>3,79%</b>	<b>2,97%</b>	<b>1,21%</b>	<b>3,76%</b>	<b>-6,47%</b>	<b>-9,53%</b>	<b>-5,01%</b>

Fonte: Anbima, BM&FBovespa

## b) Rentabilidade Real

DATA	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/2016	<b>0,110%</b>	<b>0,059%</b>	-0,212%	<b>0,338%</b>	<b>0,051%</b>
<b>2016</b>	<b>0,11%</b>	<b>0,06%</b>	<b>-0,21%</b>	<b>0,34%</b>	<b>0,05%</b>

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

Observações:

a) Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios = IPCA + 4,50% ao ano

b) Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Gestão Administrativa = 85% CDI + 15% IMA-B5

c) As rentabilidades dos índices de referência já estão deduzidas dos custos de investimentos

DATA	RENDA FIXA					RENDA VARIÁVEL		EXTERIOR
	IRF-M1	IRF-M1+	IMA-B5	IMA-B5+	IDKA IPCA 2A	IBrX-50	IDIV	BDRX
Jan/2016	0,369%	2,488%	1,680%	-0,062%	2,457%	-7,643%	-10,665%	-6,204%
<b>2016</b>	<b>0,37%</b>	<b>2,49%</b>	<b>1,68%</b>	<b>-0,06%</b>	<b>2,46%</b>	<b>-7,64%</b>	<b>-10,67%</b>	<b>-6,20%</b>

Fonte: Anbima, BM&FBovespa

DATA	IPCA
Jan/2016	1,27%
<b>2016</b>	<b>1,27%</b>

Fonte: IBGE

### c) Valor em Risco (V@R)<sup>1</sup> e Teste de Estresse (Stress Testing)<sup>2</sup>

#### Plano de Benefícios – PB

DATA	(V@R)	TESTE DE ESTRESSE	CARTEIRA
Jan/2016	-0,006%	-0,06%	98,8% Renda Fixa + 1,2% Exterior*

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, Funpresp-Jud

\*Renda Fixa = 33,8% CDI, 49,2% IPCA (26,9% NTN-B Ago/16 e Mai/17, 15,3% LF BBDC Dez/18, Abr/18 e Nov/17, 6,9% Fundos IPCA IDkA 2A e IMA-B5), 15,8% Prefixados (9,2% LTN Out/16, 7,7% IRF-M1, 0,1% IRF-M1+)

Investimento no Exterior = BDR Nível I

#### Plano de Gestão Administrativa – PGA

DATA	(V@R)	TESTE DE ESTRESSE	CARTEIRA
Jan/2016	+0,01%	-0,09%	84,5% CDI + 15,5% IMA-B5

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, Funpresp-Jud

<sup>1</sup> Máxima perda esperada em um horizonte de tempo definido, com determinado grau de confiança, sob condições normais de mercado. No caso da Fundação, os cálculos foram realizados com a utilização de um horizonte de tempo de 1 dia útil e grau de confiança de 95%, em linha com a Política de Investimentos 2015.

<sup>2</sup> Técnica de simulação que permite avaliar o impacto de condições específicas sobre os ativos (e/ou passivos) de uma instituição. Um cenário mais adverso é criado a partir da perspectiva de eventos críticos e que se situam fora da normalidade previsível. Assim, pode-se calcular uma perda esperada para cenários extremos, algo que não é possível pelo V@R.

## 2 - ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário econômico internacional, no mês de janeiro, foi marcado pelos seguintes fatores:

- **EUA:** o Banco Central dos EUA (FED) manteve inalterada a taxa básica de juros. Após elevação da taxa básica em 25 pontos-base na reunião de dezembro, o FED sinalizou que nova alta pode ser postergada caso o cenário internacional continue se deteriorando. A taxa de desemprego se reduziu para 4,9% e atingiu o menor nível desde fevereiro de 2008.
- **Zona do Euro:** o Banco Central Europeu (BCE) continua preocupado com os reduzidos níveis de inflação e crescimento na Zona do Euro e sinalizou a adoção de novas medidas de estímulo monetário. O BCE projeta, para 2016, inflação de 1,0% e crescimento de 1,7% do PIB.
- **China:** registrou crescimento de 6,9% do PIB em 2015, praticamente em linha com a meta oficial de 7%.
- **Japão:** o Banco Central Japonês (BoJ) anunciou a adoção de taxas de juros negativas para o excesso de reservas monetárias depositadas pelos bancos.

Já em relação ao cenário doméstico, o mês de janeiro foi caracterizado pela expressiva queda nas taxas de rendimento dos títulos de renda fixa (exceto na ponta longa de juros reais), valorização do BRL, redução do risco país e, no sentido contrário, queda da bolsa de valores.

- **BRL:** valorização de 1,5% do Real (BRL), em janeiro, frente ao Dólar Norte-Americano (USD), que encerrou o ano cotado a R\$ 4,02.

- **Renda Fixa:** redução na inflação implícita revertendo parcialmente o forte movimento de elevação verificado em dezembro (decorrente principalmente da deterioração das expectativas inflacionárias de médio prazo).

- **Bovespa:** queda de 6,8% do Ibovespa em janeiro (40.405 pontos) após recuo de 3,9% no mês de dezembro.

As projeções de inflação e crescimento continuaram piorando, conforme segue:

- Projeção para IPCA 2016 passou de 6,87% (31/dez) para 7,26% (31/jan).

- 2017: elevação de 5,20% para 5,80%.
- 2018: elevação de 5,14% para 5,20%.
- 2019: elevação de 4,50% para 5,00%.

- Projeção para PIB 2015 passou de retração de 3,71% para 3,78%.

- Para o triênio subsequente, as projeções foram reduzidas de contração de 2,95% para 3,01% (2016) e redução do crescimento em 2017 de 1,00% para 0,70% e em 2018 de 1,75% para 1,50%.

Em relação às Políticas Monetária e Fiscal:

- O Banco Central manteve inalterada a taxa básica de juros (14,25% ao ano) em movimento divergente daquele esperado pela ampla maioria dos agentes econômicos, que esperavam elevação da referida taxa (2 membros votaram pela elevação de 50 pontos-base).
- Política Fiscal: Dez/2015.
  - Déficit primário de R\$ 71,7 bilhões, equivalente a 1,88% do PIB em 2015 (ante déficit de 0,57% do PIB em 2014).
  - Déficit nominal de 10,34% do PIB em 2015 (contra déficit de 6,05% do PIB em 2014).
  - Dívida Bruta encerrou 2015 em 66,2% do PIB (contra 63,4% do PIB em 2014).
  - Dívida Líquida encerrou 2015 em 36,0% do PIB (contra 36,7% do PIB em 2014).

Finalmente, em relação a inflação e desemprego:

- IPCA Dez/2015: 0,96% (10,67% em 2015).
- Taxa de desemprego: redução para 6,9% em dezembro (ante 7,5% em novembro).

### 3 - ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

O Plano de Benefícios iniciou o ano com aproximadamente 98,6% dos recursos em Renda Fixa e 1,4% em investimento no exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa é de 44,4% em CDI, 37,3% em IPCA (19,3% NTN-B Ago/2016, 9,5% NTN-B Mai/2017, 4,9% LF BBDC Abr/18, 3,5% LF BBDC Nov/17, 0,1% IMA-B5) e 17,0% em Prefixados (9,2% LTN Out/16, 7,7% IRF-M1, 0,1% IRF-M1+).

O mês de janeiro foi caracterizado pela expressiva queda nas taxas de rendimento dos títulos de renda fixa (exceto na ponta longa de juros reais), elevando a rentabilidade dos investimentos do Plano de Benefícios e do PGA, além da valorização do BRL, redução do risco país e, no sentido contrário, queda da bolsa de valores.

Ao longo do mês de janeiro foi dada continuidade a implementação da Estratégia D (Discussão de Cenários x Efeitos sobre Política de Investimentos 2015 – apresentação ocorrida no dia 24 de setembro)<sup>3</sup>.

A Diretoria de Investimentos (DIRIN) verificou a brusca mudança na atuação do Banco Central em relação à condução da política monetária quando na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) foi mantida inalterada a taxa básica de juros, sendo que nas semanas imediatamente anteriores o próprio Banco Central vinha sinalizando a necessidade de elevação da referida taxa. Em consequência, as taxas

dos títulos de renda fixa, tanto prefixados quanto indexados a preços, sofreram forte queda, além do aumento esperado da inflação implícita negociada no mercado doméstico.

Adicionalmente, esperava-se que as expectativas de inflação para 2016 e anos subsequentes fossem elevadas drasticamente a partir da segunda-feira subsequente à reunião do COPOM, quando seria divulgada nova pesquisa do Boletim Focus. A motivação para tanto foi a brusca mudança de atitude do Banco Central e a análise, por parte dos agentes econômicos – com a qual a (DIRIN) concorda –, de que os níveis de inflação não cederão na velocidade anteriormente esperada, sendo bastante plausível que o teto da meta de inflação deste ano novamente seja rompido, além da maior dificuldade de se alcançar o centro da meta de inflação em 2017 como o pretendido pela Autoridade Monetária.

Nesse sentido, a DIRIN, corroborada pelo Comitê de Investimentos e Riscos (COINV), sugeriu a elevação da parcela de investimentos atrelada ao IPCA na carteira do Plano de Benefícios para o teto de 50% constante da Alternativa D (estratégia atual de alocação de recursos do PB), com redução da parcela em CDI. A composição do PB encontrava-se em 44,8% em CDI, 37,1% em IPCA, 16,8% em ativos prefixados e 1,3% em BDR (investimento no exterior)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A Alternativa D se refere à aquisição gradativa de títulos indexados ao IPCA com vistas a se elevar tal participação para a faixa de 30% a 50% da Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios até o final de 2015. A participação de títulos prefixados poderá ser elevada para até 20%. O restante do volume de renda fixa ficaria em CDI (para alcançar o mínimo de 95% em Renda Fixa, sendo que a participação em investimentos no exterior poderia ser incrementada até 5%). Destaca-se que tal estratégia foi atualizada ao longo do mês de novembro para comportar parcela ligeiramente superior de títulos prefixados comparativamente àquele discutida em setembro (ao redor de 13%).

<sup>4</sup> Fechamento de 21/jan/2016.



Para se atingir o limite de 50% em IPCA, a DIRIN sugeriu a alocação em dois tipos de instrumentos financeiros:

- Cotas de fundo de investimento gerido pela Caixa Econômica Federal atrelado ao IDkA IPCA 2A (que tem como seu parâmetro de rentabilidade o Índice de Duração Constante de 2 anos indexado ao IPCA e divulgado pela ANBIMA. Basicamente os recursos são aplicados majoritariamente em NTN-B entre 1 e 3 anos e parcela residual em operações compromissadas para se garantir a liquidez para eventuais resgates). A preferência pelo fundo IDkA IPCA 2A ao invés do IMA-B5 se deveu ao fato de que este último apresenta volatilidade ligeiramente superior ao primeiro por investir seus recursos em NTN-B com prazo de até 5 anos e cuja duração tende a se elevar a partir de maio de 2016 com a entrada da NTN-B 2021 na composição do índice; e,
- Aquisição de novas Letras Financeiras (LFs) indexadas ao IPCA com prazo de até 3 anos. Ao final do processo de alteração dos investimentos, esperava-se que a parcela de LFs (novas e antigas) ficasse ao redor de 15% do total da carteira do PB.

Nesse sentido, foram efetuadas as seguintes operações:

**22/janeiro/2016:** aquisição de cotas do Fundo de Investimento CAIXA IDkA IPCA 2A

- A Diretoria de Investimentos (DIRIN) sugeriu aumentar a posição em aproximadamente R\$ 2,2 milhões da carteira do Plano de Benefícios (PB) por meio da aquisição de cotas do Fundo de Investimento CAIXA IDkA IPCA 2A.
- A proposta foi aceita pelos membros do COINV em reunião realizada em 22/jan, posteriormente confirmada pela Diretoria Executiva em reunião ocorrida na mesma data, ficando a cargo da DIRIN o

melhor momento para que fosse efetivada a operação.

- A DIRIN efetuou a aquisição das cotas no dia 22/jan, as quais foram liquidadas financeiramente no mesmo dia.

**26/janeiro/2016:** aquisição de Letras Financeiras de emissão do Banco Bradesco S/A com vencimento em 27/dez/2018

- Em continuidade à Estratégia D, a Diretoria de Investimentos sugeriu nova aquisição LFs indexadas ao IPCA, com prazo de até três anos.
- A proposta da DIRIN foi aceita pelos membros do COINV em reunião realizada em 22/jan, posteriormente confirmada pela Diretoria Executiva em reunião ocorrida na mesma data.
- Na data da operação, foram consultados os prazos de aproximadamente dois anos, dois anos e meio e de três anos, sendo que a escolha do prazo mais longo foi devido ao incremento da taxa de retorno comparativamente aos vencimentos mais curtos. Adicionalmente, tal vértice apresentou também o maior spread acima da NTN-B equivalente (68 bps). Assim, o risco x retorno desse vértice foi considerado o mais atrativo pela Diretoria de Investimentos.
- A DIRIN efetuou a compra de 16 Letras Financeiras<sup>5</sup> de emissão do Banco Bradesco S/A com vencimento em 27/dez/2018 à taxa de IPCA + 6,70% ao ano (com *spread* de 68 bps acima de uma NTN-B equivalente), cujo valor financeiro foi de R\$ 2,4 milhões (equivalente a aproximadamente 7,5% do PB naquela data). A data da operação foi no dia 26/jan com liquidação financeira em 27/jan.

Os resultados, no mês de janeiro, das novas operações realizadas dentro da Estratégia D podem ser visualizados na Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1**

Período	CAIXA IDkA IPCA 2A	LF BBDC 27/12/18	CDI
22 a 29/jan	-0,05%	-	0,26%
27 a 29/jan	-	0,15%	0,11%

Tendo em vista a estratégia adotada ao longo do mês, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios finalizou o período com aproximadamente 98,8% dos recursos em Renda Fixa e 1,2% em investimento no exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa é de 49,2% em IPCA (26,9% NTN-B Ago/2016 e Mai/2017, 15,3% Letras Financeiras do Bradesco Nov/17, Abr/18 e Dez/18, 6,9% Fundos de Investimento IPCA IDkA 2A e IMA-B5), 33,8% em CDI e 17,0% em Prefixados (9,2% LTN Out/16, 7,7% IRF-M1, 0,1% IRF-M1+).

A rentabilidade nominal líquida do PB foi de 1,38% em janeiro de 2016, ante 1,05% do CDI e 1,61% do *benchmark* do PB. Já a rentabilidade real líquida atingiu 0,11% (IPCA de 1,27% no mês).

Já em relação aos recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA), não houve alteração de estratégia ao longo do período em análise.

A rentabilidade nominal líquida do PGA foi de 1,33% no mês de janeiro de 2016, ante 1,05% do CDI e 1,32% do *benchmark* do PGA. Já a rentabilidade real líquida atingiu 0,06%.

## TÓPICO ESPECIAL

### Política de Investimentos 2016

A Política de Investimentos 2016 da Funpresp-Jud foi aprovada em 2 de dezembro de 2015, na 11ª Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo.

A principal mudança em relação ao ano de 2015 foi a redução do *benchmark* do Plano de Benefícios (PB), que passou de IPCA + 5% ao ano para IPCA + 4,50% ao ano, deduzidos os custos dos investimentos<sup>6</sup>. Assim, estima-se que a nova referência seja equivalente a IPCA + 4,20% ao ano.

A estratégia mantém o foco no aumento da diversificação do Plano de Benefícios no segmento de renda fixa, via investimentos em ativos mais longos (com maior retorno esperado, porém assumindo maior volatilidade), em títulos privados com baixíssimo risco de cré-

dito (letras financeiras ou debêntures com risco AA ou superior)<sup>7</sup> e/ ou Fundos de Índice (ETF RF), este último quando for disponibilizado para negociação.

Adicionalmente, abriu-se a possibilidade de aplicações financeiras no segmento de investimentos estruturados, com limite máximo de 5% da carteira e alocação objetivo de 2%, e somente via aquisição de cotas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado.

No caso do segmento de investimentos no exterior, foi elevada a alocação objetivo para 3%, mantendo-se o limite máximo de 5% da carteira.

<sup>6</sup> Taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), entre outros (custo na compra/venda de títulos públicos, por exemplo).

<sup>7</sup> Foi elevado o percentual passível de aquisição de títulos privados via Carteira Própria para 25% do total de recursos do Plano de Benefícios.

O detalhamento pode ser visto na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark <sup>(6)</sup>
<b>1 Renda Fixa <sup>(1)</sup></b>	<b>90%</b>	<b>80%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>IPCA + 4,5% ao ano</b>
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós-fixados	75%	30%	100%	100%	
Títulos Privados <sup>(2) (3)</sup>	15%	0%	50%	80%	
<b>2 Renda Variável <sup>(4)</sup></b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>70%</b>	
Índices amplos	5%	0%	10%	70%	
<b>3 Investimentos Estruturados <sup>(5)</sup></b>	<b>2%</b>	<b>0%</b>	<b>5%</b>	<b>20%</b>	
FI/FIC Multimercado	2%	0%	5%	10%	
<b>4 Investimentos No exterior</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>5%</b>	<b>10%</b>	

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa, quando autorizados pelo Conselho Monetário Nacional

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.3

(3) Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 50% vale somente para aplicações em fundo de investimentos abertos. Aplicações diretas (carteira própria ou fundos de investimentos exclusivos) ficam limitadas a 25%

(4) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda variável, que são fundos de índices referenciados em cesta de ações de companhias abertas

(5) Somente via aquisição de cotas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado

(6) Deverão ser deduzidas os custos dos investimentos com taxas de administração dos fundos de investimento, corretagens, emolumentos, entre outros

Já o Plano de Gestão Administrativa (PGA), manteve a estratégia inalterada (*benchmark*: 85% em CDI e 15% em IMA-B5, também deduzidos os custos dos investimentos). O detalhamento pode ser visto na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark <sup>(4)</sup>
<b>1 Renda Fixa <sup>(1)</sup></b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>85% DI - Depósito Interfinanceiro e 15% em IMA-B5</b>
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à inflação e Operações Compromissadas	75%	50%	100%	100%	-
Títulos Privados <sup>(2) (3)</sup>	25%	0%	50%	80%	-

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa, quando autorizados pelo Conselho Monetário Nacional

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.2

(3) Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 50% vale somente para aplicações em fundo de investimentos abertos. Aplicações diretas (via carteira própria ou fundos de investimentos exclusivos) ficam limitadas a 10%

(4) Deverão ser deduzidas os custos dos investimentos com taxas de administração dos fundos de investimento, corretagens, emolumentos, entre outros

